

ESTUDAR A PROPRIEDADE DA TERRA NOS AÇORES DO SÉCULO XVI: ABORDAGENS, METODOLOGIAS E FONTES

RUTE DIAS GREGÓRIO*

1. Considerações prévias: o projeto “O homem e a terra nos Açores, séculos XV e XVI”

Antes de tecer alguns considerandos sobre o estudo da propriedade da terra nos Açores no século XVI, propriamente dito, mas ainda no seu âmbito, pretende-se aqui registar a apresentação breve do projeto “O homem e a terra nos Açores, séculos XV e XVI”. Com o financiamento da então Direção Regional da Ciência e Tecnologia [DRCT], este projeto permitiu, entre outros indicadores¹, a reunião de vários investigadores sob o tema da propriedade e exploração da terra nos séculos XV-XVIII².

Na sua origem esteve a minha adesão de muitos anos aos estudos de história rural, os quais nas primícias contavam, no nosso país, com trabalhos basilares

* Professora Auxiliar da Universidade dos Açores. Investigadora Integrada do Centro de História de Além-Mar (CHAM - FCSH/NOVA-UAc). Directora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. rute@uac.pt; rute.ir.gregorio@azores.gov.pt.

¹ Projeto financiado pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia. Para mais informações, consulte-se o sítio: <http://aterraehomem.wordpress.com>.

² Workshop “Questões da História: Propriedade e exploração da Terra: abordagens, conceitos e fontes, séculos XV-XVIII”. Universidade dos Açores, 21 de setembro de 2009. Sítio: <http://aterraehomem.wordpress.com/workshop/>.

como os de Oliveira Marques, de Iria Gonçalves e Maria Helena da Cruz Coelho, cuja influência e diretriz fundamental assumi há muito tempo.

Hoje, tal como por altura da candidatura deste projeto ao programa de apoio da DRCT em 2006, tomo consciência da ambição título e da temática que propunha para um projeto de 3 anos. Em primeiro lugar, pela respetiva amplitude. Em segundo lugar, porque um tal projeto implicava, não um pequeno grupo de pesquisa de orçamento reduzido, mas uma equipa mais multidisciplinar e com “alguns” recursos financeiros.

Não menos importante, enquanto obstáculo para a respetiva concretização e no que dizia respeito específico à História e às suas metodologias de trabalho, estava o carácter não sistemático nem serial das fontes, a relativa escassez das mesmas se comparadas com os séculos posteriores, mas também a dificuldade de leitura e de interpretação dessas fontes que, nas nossas ilhas, é particularmente acrescida pela dispersão dos próprios arquivos públicos regionais.

Não obstante, foi este o título que melhor me salvaguardou nas intenções, com um prazo bastante curto para pensar e projetar a candidatura formal (entre 12 de outubro e 3 de novembro de 2006).

Não espanta, pois, neste contexto e face a uma tal amplitude temática, que os objetivos do mesmo fossem também ambiciosos e de difícil execução no seu todo. Eram eles: contribuir para o aprofundamento do estudo da humanização das ilhas dos Açores; definir contornos gerais do mundo rural açoriano nos primeiros dois séculos da ocupação das ilhas; desenvolver a análise dos ritmos, processos, formas de distribuição, aquisição e ocupação da terra; explicitar e documentar as formas da ocupação do espaço; aprofundar os modelos e os mecanismos de formação, enraizamento e desenvolvimento das estruturas agrárias; perspetivar tais estruturas em termos de continuidade, adaptação, criação, prolongamento e evolução; documentar e explicar a afirmação das fortunas terratenentes locais; identificar e justificar os protagonismos individuais; delinear e aprofundar o estudo dos regimes de posse e usufruto da terra; analisar modelos de exploração contratual; explorar as situações de conflito à volta da posse e detenção da propriedade; identificar e compreender os modelos de sucessão familiar na propriedade; identificar, balizar e explicar os processos iniciais de vinculação da terra; contextualizar a formação/consolidação das estruturas fundiárias e rurais arquipelágicas. Arriscaria quase a dizer que cada objetivo poderia dar origem a um estudo individualizado, ou até mais do que um...

Fruto de alvos ou propósitos assim definidos, o plano que tomou forma contemplou abordagens múltiplas, as quais um dia poderão fazer cumprir uma obra de síntese cujo plano de conteúdos abordará, de forma desenvolvida, as questões da primeira apropriação da terra pelo homem, dos seus processos e mecanismos institucionais de distribuição, da consolidação da apropriação do solo e respetivas

problemáticas sociais, da respetiva exploração e aproveitamento, bem como da construção das estruturas agrárias e do impacto do processo na transformação / construção da paisagem.

Este, digamos, seria o programa que se esboçava com o projeto e se intentava continuar e concretizar nos anos subsequentes a 2009, partindo de estudos parcelares, para então emergir a almejada síntese final.

Em 2009, e depois de concluído o projeto nos seus indicadores essenciais, constava ainda a imperiosa necessidade de dar prosseguimento e ampliar os levantamentos das fontes, expandi-los particularmente no âmbito dos arquivos pouco trabalhados de várias instituições, como por exemplo de misericórdias e conventos, os quais importa também desbravar para um conhecimento mais profundo sobre a posse da terra e sua exploração/rentabilização económica.

Aliás, no corolário deste projeto e destes intuitos, talvez o fruto que hoje mais me apraz registar é exatamente a dissertação de mestrado da então minha colaboradora Maria da Graça Delfim, sobre o património do mosteiro de São João de Ponta Delgada no século XVII, e que foi exatamente no sentido de desbravar, no caso dos Açores, a investigação patrimonial sobre um instituto religioso³.

Não obstante, fruto da necessidade de adaptação a novos desafios profissionais e a novas contingências universitárias e de financiamento, a verdade é que atualmente o projeto aguarda novo contexto de oportunidade para continuar a desenvolver-se.

Atualmente, os trabalhos realizados no âmbito de projetos anteriores⁴, e do projeto supracitado, constituíram o mote fundamental para a integração do meu nome, e do de Graça Delfim, no quadro da apreciável equipa do projeto, financiado pela FCT, “Terras além dos mares: direitos de propriedade no império português moderno”, cujo investigador responsável é José Vicente Serrão⁵. Neste contexto têm-se desenvolvido os estudos possíveis para os Açores, alargados a uma vertente insular atlântica, estudos no entanto bem limitados pelas atuais e prementes exigências de novos projetos pessoais e institucionais das visadas.

³ Maria da Graça Delfim – *O património do convento de São João de Ponta Delgada no século XVIII*. Dissertação de mestrado apresentada no âmbito do Mestrado de História Insular e Atlântica, séculos XV-XX. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2011. Bolseira BIC do Fundo Regional de Ciência.

⁴ Como, e para citar os principais e de maior envergadura, *Pero Anes do Canto: um homem e um património*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001; e *Terra e fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*. Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar, 2007.

⁵ Referência do projeto: PTDC/HIS-HIS/113654/2009. Parceiros: Centro de estudos de História Contemporânea – Instituto Universitário de Lisboa; Instituto de Investigação Científica e Tropical; Centro de História de Além-Mar; Universidade Federal Fulminense; Universidade de Lisboa. Sítio disponível em: <http://landsoverseas.wordpress.com/>.

2. O estudo da propriedade da terra nos Açores do século XVI: abordagens, metodologias e fontes

2.1. Abordagens

No tocante ao “estudo da propriedade da terra nos Açores do século XVI, no âmbito das fontes, metodologias e das abordagens”, assunto me aqui me ocupa especificamente, gostaria de chamar a atenção para os enfoques que particularmente me têm conduzido na análise das fontes disponíveis. São eles: as formas de distribuição, aquisição e ocupação da terra, a desestruturação do espaço “virgem” e a construção de um espaço “humanizado” – um enfoque que cada vez assume maior pertinência até no quadro da chamada história ecológica (ou como se queira chamar) -, os protagonistas desta ação, as estruturas da exploração, os regimes de posse e usufruto, a primitiva mobilidade dos bens fundiários, os conflitos à volta da posse e manutenção da propriedade fundiária, a evolução dos modelos de sucessão familiar e a afirmação das fortunas terratenentes locais.

Neste contexto, tenho em mãos o estudo de casos institucionais como o do hospital de Santo Espírito e da Misericórdia de Angra (Terceira) e vários patrimónios laicos quinhentistas, como o da Casa do 2º provedor das armadas, António Pires do Canto, e ainda concretizo estudos parcelares sobre a afirmação patrimonial de três figuras micalenses de quinhentos: a do bacharel João Gonçalves, morador em Rosto de Cão⁶, a de Jerónimo Gonçalves de Araújo, seu filho, e a de Francisco Ramalho, sobrinho do primeiro e primo/sogro do segundo, os quais Frutuoso dá por originários de São Gonçalo de Amarante⁷.

Para épocas mais recuadas, além do caso do próprio Hospital de Santo Espírito de Angra, instituído em finais do século XV, ainda se compilam dados sobre os bens e o percurso de João da Castanheira, figura de destaque de Ponta Delgada na transição do século XV para o XVI, e de seus descendentes, os filhos João e Margarida de Matos (casada com Fernão do Qental)⁸.

2.2. Metodologias

Privilegiando os estudos analíticos, ou estudos de caso, recorro a esta metodologia de trabalho que desenvolve o específico e dele parte para o geral, de forma a reconstruir microrealidades concretas, conhecer diversos espaços de implantação e até diversa cronologia da posse e da exploração da terra. Não será

⁶ Gaspar Frutuoso – *Livro quarto das saudades da terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta delgada, 1991, vol. I, p. 65. Na ilha terá casado duas vezes, primeiro com Maria Rodrigues, filha de um homónimo João Gonçalves, e segunda vez com Francisca de Medeiros, filha de Lopo Anes de Araújo.

⁷ Gaspar Frutuoso – *Livro 4º das saudades da terra...*, ob. cit. Vol. I, p. 303.

⁸ Gaspar Frutuoso – *Livro 4º das saudades da terra...*, ob. cit. Vol. I, p. 207.

esta última (a cronologia) muito ampla, mas nos Açores, por abranger o período da construção, consolidação e maturação da estrutura societal, ou seja, a génese do arquipélago enquanto realidade humana e histórica, será uma cronologia que no âmbito da posse e exploração da terra, como de qualquer outro, perspetiva construções/ruturas significativas do preexistente.

Quanto aos estudos de caso, no respetivo cruzamento oferecem-nos informes valiosos de comparação entre si, ilustram-nos e comprovam-nos realidades comuns ao nível da composição, das formas de gestão e da exploração, mas também nos ilustram as “diferenças”, por exemplo ao nível das respetivas dimensão ou grandeza, ao nível da natureza do vínculo à terra, do regime de posse e sucessão, etc.

Por outro lado, os lapsos e a falta de informação de que uns casos enfermam podem ser preenchidos, pelo menos a título de hipótese ou probabilidade por comparação, com as informações que obtemos noutros mais bem documentados. Acresce, ainda, que os estudos referidos prolongam a análise pela 2ª metade do século XVI (que para mim é uma novidade) e neste momento abrange, não só proprietários da Terceira, mas também de São Miguel.

Tal não significa que as outras ilhas deixem de estar incluídas na análise, já que os espaços destes patrimónios fundiários podem alargar-se a mais do que uma ilha e, na sua construção, deparamo-nos amiúde nas fontes com outros proprietários dessas mesmas ilhas sobre os quais pouco ou nada sabemos. A situação concretiza-se nas confrontações das propriedades, por exemplo, mas também noutro tipo de dados que nos oferecem as demarcações da propriedade, sentenças e demandas, por exemplo.

Aliás, neste âmbito e a título de exemplo, não só já tive oportunidade de reconstituir a propriedade picoense de Jos Dutra, 2º capitão do Faial e Pico⁹, como o projeto que venho citando teve como indicador uma base de dados designada por “Gente das ilhas, séculos XV e XVI”. Esta, que até agora foi abrangendo essencialmente o Grupo Central dos Açores, fundamenta-se apenas documentação manuscrita (ainda não passámos à publicada) e neste momento contempla 2700 registos, só tendo como ponto de apoio os testamentos de proprietários terceirenses, entre finais do século XV e meados do século XVI (1492-1556).

Por outro lado, a mesma base de dados, alargada a figuras de outras ilhas, já baseada nalguma documentação impressa, acrescida e direcionada para outros propósitos, foi integrada na base de dados coletiva produzida no âmbito do projeto “Pequena nobreza e ‘nobreza da terra’ na construção do império: os arquipélagos

⁹ “Propriedade picoense de Jos Dutra, 2º capitão do Faial e Pico na segunda década do século XVI”. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta: Núcleo Cultura da Horta, 2006. N.º 15: 127-137.

atlânticos”, projeto a cuja equipa pertenci e que teve Miguel Jasmins Rodrigues como investigador responsável¹⁰.

2.3. Fontes

Quanto aos documentos usados para as construções historiográficas que atrás enunciei, estes estão dispersos por 3 arquivos públicos principais: o da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, no que respeita à propriedade fundiária de António Pires Canto; o da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, no tocante ao Hospital de Santo Espírito e à Misericórdia de Angra; o da Biblioteca (ou bibliotecas) da Universidade dos Açores, relativamente aos bens do bacharel João Gonçalves, de Francisco Ramalho, de Jerónimo Gonçalves de Araújo e aos vestígios mais lacunares do património de João da Castanheira.

As respetivas amplitudes e composições são bastante distintas.

Para o primeiro (de António Pires do Canto) existe um acervo específico e em muito bom estado de conservação, designado por Documentos da Casa de Miguel do Canto e Castro, no Fundo Ernesto do Canto, que mais não é do que o cartório da família Canto na sua linha principal, extinta em 1890¹¹ e iniciada por Pero Anes do Canto¹² e pelo referido seu filho primogénito, António Pires do Canto¹³.

Para o período que medeia a respetiva existência do último, de 1511 a 1565, podemos contar com 6 livros (com documentação 1515 a 1570)¹⁴, para além de outros fora da organização deste conjunto documental, como são a *Coleção de Documentos de Pero Anes do Canto e seu filho António Pires do Canto*, os *Manuscritos Relativos às ilhas do Faial, São Miguel e Terceira* e, ainda, maços avulsos que o tratamento arquivístico realizado não relaciona com a casa Canto, mas que reconheço a ela terem pertencido¹⁵. Está também identificado o

¹⁰ Projeto FCT, ref. PTDC/HAH/66107/2006, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar e Direção Geral de Arquivos.

¹¹ De 9 de Janeiro de 1890 data o falecimento de Maria Luísa do Canto, última sucessora natural da família Canto e Castro. Cf. Jorge Pamplona Forjaz – *O solar de Nossa Senhora dos remédios, Canto e Castro: história e genealogia*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1978, p. 92. Sep. do Boletim do Instituto Histórico da Ilha terceira. Vol. XXXVI (1978).

¹² Rute Gregório – “Canto, Pero Anes do”. In *Enciclopédia açoriana*, Direção Regional da Cultura. Disponível no sítio: <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=1282>.

¹³ Rute Gregório – “Canto, António Pires do”. In *Enciclopédia açoriana*, Direção Regional da Cultura. Disponível no sítio: <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=1268>.

¹⁴ BPARPD. FEC: MCMCC, vols II a VII.

¹⁵ Para fazermos ideia do quanto este fundo está incompleto, tendo em consideração que o arquivo da instituição apenas está de posse da documentação relativa ao século XX, comparemos com os n.ºs de outras misericórdias açorianas. A de Ponta Delgada conta com c. de 956 livros, 1792 maços e 243 pastas, entre o século XVI e meados do XX. A de Vila Franca do Campo detém 550

inventário dos bens do dito António Pires do Canto, mandado fazer pelo então juiz dos órfãos em 11 de maio de 1565 e, ainda, um documento de 23 folhas que se designa por *Caderno de lembranças*, iniciado a 1 de novembro de 1564¹⁶, e cuja publicação está a ser ultimada.

No quadro geral, emerge aqui um conjunto apreciável de escrituras de compra e venda, autos de posse, dotes, sentenças, inventários, partilhas, testamentos, mercês, entre outros, que garante satisfatoriamente a respetiva construção patrimonial.

Para o 2º património e proprietário também contamos com fundo específico, o da Misericórdia de Angra do Heroísmo, no todo apenas composto por 11 livros, com documentação datada entre 1492 e 1884. No período que enquadra o final de quatrocentos e os anos de quinhentos, apenas 2 livros estão disponíveis ao público: o designado (entre outras designações) por *Livro dos Bens deixados à Misericórdia* e o designado por *Tombo do Hospital da Misericórdia* (tombado entre 1642 e 1766, mas com documentação que remonta a finais do século XV).

Outros 2 livros se nos afigurariam de eventual importância, um o dito *Tombo da Santa Casa da Misericórdia* (testamentos), de 1777, mas que está completamente afetado pela humidade, e outro, o designado *Registo dos Irmãos da Misericórdia*, de 1774, que também se encontra completamente ilegível e não está por isso disponível para consulta¹⁷.

Quanto aos últimos casos, os bens fundiários do bacharel João Gonçalves, os de Francisco Ramalho e os de Jerónimo Gonçalves de Araújo estão, em 1841, incorporados no morgadio Ataíde de São Miguel, então administrado por Maria Rosa da Costa de Ataíde e Teve¹⁸. Em relação a estes bens, no cômputo geral, identificam-se e já estão levantadas e transcritas uma centena e meia de escrituras.

Entre estas encontram-se, essencialmente, cartas de compra e venda e contratos de exploração. Acresce que também se registam o inventário dos bens do bacharel, as escrituras dos bens adquiridos pelos tutores e curadores de seus filhos menores (no crescimento desta Casa) e, ainda, algumas sentenças sobre direitos de posse. Façamos aqui um breve apontamento para dizer que esta documentação sofreu, por volta dos anos 80 do século XX, o início de uma organização por tabeliães, a qual rompeu com os princípios basilares da

livros, grosseiramente por mim contabilizados. A da Ribeira Grande tem na sua posse 1708 UI, numa documentação que vai de 1522 a 2000 e apresenta datas predominantes entes 1824 e 1985. Para o último caso existe um ótimo guia de fundos elaborado por Lia Azevedo Nunes – *Arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande: breve apontamento histórico e & guia do arquivo*. Ribeira Grande: Santa Casa da Misericórdia, 2012.

¹⁶ BPARPDL. FEC: CPPAC, nº 10, 23 fl.

¹⁷ Documentação disponível na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

¹⁸ SDUAc. FRA: *Tombo da Casa Ataíde*, fl. 1-26vº e 61-65.

organização arquivística e adulterou os contextos e as ligações processuais entre os documentos. Infelizmente não é o melhor exemplo de tratamento de arquivos de família (se bem que bem intencionado), enquadrado que está numa tendência onde primavam os princípios da tipologia documental e da cronologia, acima de tudo, para o tratamento documental. De qualquer modo, a organização do cartório oitocentista que a integrou é recuperável e um tratamento informático dos documentos bastaria para a recuperar, mesmo que fisicamente a documentação se mantivesse com a atual arrumação e localização.

2.4. Apontamentos sobre os estudos de caso

Partindo dos enfoques e metodologias referenciados atrás, e baseando-nos na informação contida nos fundos e nas unidades de instalação identificadas, procura-se estão construir os referidos estudos de caso.

1 – O que se elabora sobre o Hospital de Santo Espírito e a Misericórdia de Angra, que naturalmente não se enforma apenas na respetiva natureza material, está completo em termos de levantamento das fontes disponíveis até finais do século XVI.

Tanto quanto se sabe, e a partir da data do próprio compromisso ou estatuto – elemento formal, principiador da instituição –, o hospital e a dita *caza de Santo espirito* da vila de Angra existem já em 15 de Março de 1492¹⁹.

No tocante à Misericórdia de Angra, propriamente dita, não há documentação coetânea que a recue ao tempo em que alguns ousam fundá-la. Tem-se afirmado a respetiva antiguidade e emergência em finais do século XV (1499)²⁰, posteriormente ao hospital e respetiva confraria, naturalmente fruto do movimento das misericórdias portuguesas iniciado em 1498²¹.

Comprovadamente deteta-se, também, a existência de *pobres* da Misericórdia de Angra, por demarcação com os do Hospital, em legado de 17.10.1528²². Nesta data pois, e ainda antes dela com toda a probabilidade, existia já a Misericórdia

¹⁹ Compromisso da Misericórdia de Angra do Heroísmo, publicado em João Afonso – *O hospital de Angra nos séculos XV e XVI: compromisso, estatutos e outros documentos*. Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia, 1970, p. 4.

²⁰ Manuel C. Baptista de Lima – *A introdução do culto do espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI*. BIHIT. Vol. XLVI (1988) p. 160.

²¹ Manuel C. Baptista de Lima – *A Introdução do culto do Espírito Santo...*, ob. cit., p. 158.

²² BPARAH. THSEA, fl. 188-188v^o. Em anexo pode ser consultada uma tabela com dotes, legados e doações de imóveis e móveis ao Hospital de Santo Espírito de Angra e à Misericórdia de Angra, entre 1492 e 1550. Tabela idêntica, mas dos bens móveis, elaborámos para este estudo. Como temos, com Susana Goulart Costa, um projeto entregue ao provedor desta Santa Casa para um futuro e sempre adiado projeto, face à dimensão da mesma tabela deixamos para momento oportuno a divulgação de estudo com os resultados obtidos.

de Angra e, nas respetivas funções de solidariedade e apoio à pobreza, teria uma existência paralela à do Hospital de Santo Espírito e respetiva irmandade.

Em termos de funcionamento, de organização e de património, eram estas duas instituições bem distintas. Apenas em 1556, sendo provedor João da Silva do Canto, se dá o chamado *Aiuntamento da caza da santa mjsericordia com hesta do espírito santo*²³.

O início da construção do património fundiário do hospital recua, pois, pelo menos a 1493, ano em que Gonçalo de Linhares o dota com sua terça imposta numa terra sita às Dez Ribeiras (ilha Terceira)²⁴. Esta mesma terra, ainda sob a alçada do regime das sesmarias, teve de ser confirmada posteriormente pelo capitão João Vaz Corte Real²⁵.

Entre este ano de 1493 e o de 1550, vários foram os legados e as aquisições de propriedade fundiária em favor do dito Hospital. Entre estes, destacar-se-iam o dito legado de Gonçalo de Linhares, numa terra com 15 moios²⁶ (+ de 75 ha); múltiplas administrações de terças instituídas na forma de capelas²⁷ e todos os bens e fazenda de benfeitores como: Luís Varela, escudeiro fidalgo e de sua mulher Isabel Correia, por documento de 1530; Fernão de Oliveira e sua mulher Catarina Pires, por testamento de 1534; Isabel de Teive por testamento do mesmo ano²⁸; Luís Álvares de Lisboa escudeiro e sua mulher Catarina Álvares, por cédula de 1540²⁹. Tudo a apresenta, pois, como uma instituição de domínio e administração “apetecidos”...

No tocante a João da Castanheira, identificamo-lo pois como um dos primevos povoadores de S. Miguel, o qual a documentação coeva deteta por volta de 1500³⁰, mas cuja presença na ilha recuará pelo menos alguns anos.

Diz Gaspar Frutuoso que, oriundo de Portugal continental, surgiu primeiro numa experiência em Santa Maria, antes de se fixar em S. Miguel. Para mais, fez parte de um grupo de *homens nobres e poderosos* que reivindicou o estatuto

²³ Documento publicado em João Afonso - *O hospital de Angra nos séculos XV e XVI...* ob. cit., p. 12-19.

²⁴ BPARAH. CIM: THSEA, fl. 106 e 404 vº-405.

²⁵ BPARAH. CIM: THSEA, fl. 404v, 405v e 407v.

²⁶ Que por sentença de 1534 se regista estar ainda parcialmente em matos, mas calculava-se render 15 moios de pão, avaliados em 12\$000 ao ano. BPARAH. CIM: MA, THSEA, fl 405.

²⁷ Um moio corresponde a 5,34 ou 5,86 ha. Cf Rute Dias Gregório – *Terra e fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira: 1450?-1550*. Ponta Delgada: CHAM, 2007, p. 263. Para uma maior perceção da dimensão desta propriedade, lembremos que 1 ha corresponde a 1 hectómetro quadrado (hm²) que, por sua vez, é igual a 100x100m. Tal significa que 1 hm² é igual a 10 000 m², o que equivale a c. de 10 alqueires.

²⁸ Respetivamente, BPARAH. CIM: THSEA, fl 170v-174v, 208-211vº e 332.

²⁹ BPARPD. FEC: MCMCC, IV, fl 2-2v e 3v.; BPARAH. CIM: MA, THSEA, fl 237v e 138v.

³⁰ SDUAc. FRA, n.º 50.

municipal para o então *lugar* de Ponta Delgada³¹ e que almejou e obteve a respetiva ascensão a vila, no ano de 1499, reinado de D. Manuel I. Foi, por isso, eleito para a câmara, na função de juiz ordinário – um dos dois existentes –, cargo principal do municipalismo português e insular de então. É, assim, um homem da *governança*, prestigiado, com poder e naturalmente rico.

O seu nome é ainda hoje invocado (apesar de o termos esquecido) pela toponímia do Pico da Castanheira³², pico que em finais do século XVI se chamava, exatamente, de “João da Castanheira”³³.

Documento inédito, de 1542, apresenta um registo que tudo indica remontar ao ano de 1499, 20 de Agosto, pelo qual sobre a *vylla da ponta dellgada no meyo da serra* foi dada uma terra em sesmaria a João da Castanheira³⁴.

A tratar-se da área do nosso pico, o que é muito provável, sabemos que já lá possuía outra propriedade e que então eram seus vizinhos Estêvão Eanes, Fernão do Quental e João Gonçalves *tangedor*³⁵. Este último, diz Frutuoso que assim chamado por ser bom tocador de viola, foi primeiro vereador da câmara de Ponta Delgada³⁶. Já Fernão do Quental, outro dos *principais homens que antigamente povoaram esta ilha e a governaram*, era genro de João da Castanheira, casado com Margarida de Matos, que Frutuoso não se demite de registar³⁷.

Já quem não mereceu assentamento particular do nosso cronista foi seu filho, o referido João de Matos, porque posteriormente veio a fixar residência no continente (Lisboa)³⁸. Mas é este e o respetivo progenitor, cada qual por si, que são beneficiados com vários espaços de urbanização em Ponta Delgada, ditos *chãos*, no ano de 1500. Localizam-se todos eles no chamado *Rosyo do concelho da ponta dellgada* e destinavam-se tanto à construção de casas como de granéis³⁹.

Pelas datas e documentação em causa, podemos pois confirmar como estamos perante os primeiros tempos do lugar de Ponta Delgada, então já vila e subtraído à jurisdição de Vila Franca. Iniciava-se aqui o percurso da urbe em direção à depois *afamada cidade* das palavras de Frutuoso.

Quanto às outras três figuras de São Miguel, os cerca de 150 registos escritos dão-nos uma sólida perspetiva das compras sistemáticas de terras, courelas de

³¹ Gaspar Frutuoso - *Livro 4º das saudades da terra...*, ob., cit., vol. I, p. 207; vol. II, p. 71-72 e 145.

³² Em Ponta Delgada, à saída do hospital e indo em direção às Capelas, identificamo-lo facilmente à esquerda, por trás do antigo Estádio do União Micaelense.

³³ Gaspar Frutuoso - *Livro 4º das saudades da terra...* ob. cit., vol. I p. 207 e vol. II, p. 145.

³⁴ SDUAc. FRA, n.º 50.

³⁵ SDUAc. FRA, n.º 50, fl. 1.

³⁶ Gaspar Frutuoso - *Livro 4º das saudades da terra...*, ob., cit., vol. I, p. 195.

³⁷ Gaspar Frutuoso - *Livro 4º das saudades da terra...*, ob., cit., vol. I, p. 207; vol. II, p. 72.

³⁸ SDUAc. FRA, n.º 9 A (1541) e n.º 46 A (1563).

³⁹ SDUAc. FRA, n.º 50.

terra, biscoitos, terras de criação, vinhas, casais, casas e foros de trigo nas áreas de Rosto de Cão, Atalhada (Lagoa), Ribeira Chã, Água de Pau, Vila Franca, Povoação (Lomba do Botão), Ponta Delgada e Rabo de Peixe⁴⁰.

As aquisições do bacharel João Gonçalves iniciam-se então em 1532 e terminam em 1567, entre as quais estão “todos os bens e terras sitos em Ponta Delgada” pertencentes a João de Matos, aquisição que concretiza em 1541⁴¹.

Servem estes breves apontamentos apenas para fazer um levantamento/sumário dos trabalhos em curso no quadro desta temática, que muito devem aos levantamentos documentais realizados no âmbito do projeto “O homem e a terra nos Açores, séculos XV-XVI”.

Estou convicta que o desenvolvimento destes trabalhos, estudos de caso ou abordagens analíticas como os considero, poderão ajudar-nos a percebermos mais claramente a apropriação inicial da terra nas ilhas, os desequilíbrios ou equilíbrios sociais na respetiva posse e usufruto, a organização social dos diversos espaços insulares, mas também a sua construção/transformação, traçando-nos as tendências comuns e os aspetos divergentes entre as ilhas e entre estas e os espaços regionais, nacionais, atlânticos e europeus.

Por outro lado, no quadro das mais recentes preocupações de desenvolvimento económico regional, viradas para o turismo e para marca Açores tanto dos bens como muito particularmente da paisagem, estes estudos também muito poderão contribuir ao datar, esclarecer e explicar, de forma metódica e fundamentada, a construção histórica, cultural e humana, da nossa paisagem.

⁴⁰ SDUAc. FRA, n.º 9 A (1541).

⁴¹ Aquisição terra de 4 moios e 30 alqueires, outra de 2 moios e ainda 18 moios de terra *de comedia*. Sabe-se isto por via da sentença que o opôs aos herdeiros de João de Matos, Afonso de Matos, André da Ponte, Jerónimo e Henrique do Quental, de 25 de Fevereiro de 1563. SDUAc. FRA, n.º 46 A (1563).

**ANEXO
TABELA I**

Dotes, doações e legados de imóveis e móveis ao Hospital de Santo Espírito e à Misericórdia de Angra (1492-1550)

DATA	DOCUMENTO	DOTANTE	DOTADO	BEM / LOCALIZAÇÃO	OUTROS DADOS	OBSERVAÇÕES	FONTES da BPARAH
1492	Registo de legados móveis e obrigação	Martim Vaz, <i>azeiteiro</i>	Hospital de St. ^o . Esp. de Angra	Um manto de chamalote, um cálice de prata, uma vestimenta, uma pedra de ara, entre outros paramentos e ornamentos, legados ao Hospital de Angra com a condição de um responso sobre sua cova, sita à capela do dito Hospital e usando o sacerdote a vestimenta		Trata-se de um legado com determinações condições perpétuas	THSEA, fls. 50v ^o -51
1493	Verba de testamento	Gonçalo de Linhares	Hospital de St. ^o . Esp. de Angra	Terça de sua raiz, tomada em terra das Dez Ribeiras que, a Levante e c. de 1535, confrontava com Diogo Fernandes de Aboim e a Poente com terras de João de Toledo (fl. 404v ^o) . da largura da “ terra limpa que o defunto deixara ao dito hospital”, linha direita ao cume da Serra Gorda, águas vertentes, confrontando “da banda do mar com a dita terra limpa” que ficara do mesmo G ^o de Linhares, a levante com terra de Diogo Fernandes de Aboim e com quem mais por direito, e do Noroeste com João de Toledo [segundo o que se regista no âmbito da dada ao Hospital, de 16. VIII. 1494 (fl. 404v ^o)]		Legada ao Hospital de Santo Espírito de Angra, na condição de metade do rendimento anual ser aplicado em missas por alma do legador e a outra metade em camas para o dito Hospital	THSEA, fls. 106 e 404v ^o -405

DATA	DOCUMENTO	DOTANTE	DOTADO	BEM / LOCALIZAÇÃO	OUTROS DADOS	OBSERVAÇÕES	FONTES da BPARAH
1494	Testamento	Fernão Pires <i>marinheiro</i> , morador em Angra	Hospital de St. ^o Esp. de Angra	Terça de "sua alma", depois de pagos ofícios e cerimónias fúnebres (fl. 180), terras em Santa Bárbara, nas Cinco Ribeiras (182v ^o e 183v ^o)		. Os mordomos e oficiais da confraria do Hospital mandarão celebrar uma missa rezada, anual, com resposno sobre a sepultura . Em favor da alma . Para obras do Hospital	THSEA, fls. 180, 182v ^o e 183v ^o
1494	Testamento	Margarida Anes, mulher de Fernão Pires <i>marinheiro</i>	Hospital de St. ^o Esp. de Angra	Terça de "sua alma", depois de pagos ofícios e cerimónias fúnebres (fl. 180), terras em Santa Bárbara, nas Cinco Ribeiras (182v ^o e 183v ^o)			THSEA, fl. 180-181v ^o
1499. III.02	Testamento	Pedro Álvares da Câmara	Hospital de Santo Espírito	1/4 da oferta da missas perpétua pelo Natal, de 10 arráteis de carne, um saco de trigo e 2 canadas de vinho		A mesma parte, para os frades de S. Francisco, os lázaros e os presos	CCP, mç. 3, nº 4, 1 ^o doc.
1507	Testamento	Pero Anes, o Velho, viúvo de Catarina Gonçalves, pai de Diogo Pires, morador na Ribeirinha, testa em Angra, nas casas de João Afonso das Cunhas, tabelião	Hospital de Santo Espírito	Sua terça e de sua mulher, 1 m ^o de 20 alq. de terra na Ribeirinha		A renda do dito moio e 20 alqueires será para o Hospital de Angra, dividida em duas partes: uma para missas e outra para os pobres da dita casa	BCB, mç. 1, nº 1

DATA	DOCUMENTO	DOTANTE	DOTADO	BEM / LOCALIZAÇÃO	OUTROS DADOS	OBSERVAÇÕES	FONTES da BPARAH
1516	Testamento	João Martins, e pedreiro, e sua mulher Mor Lopes, moradores na Praia	Hospital de Santo Espírito	200 braças de terra que tomaram na terra do biscoito, ao longo da terra do Vedor e da banda do Paul das Vacas, até à terra de Gil Fernandes, por onde farão um "agui-lhão" até ao curral velho, aí 50 braças		<ul style="list-style-type: none"> . Rendas em proveito do Hospital da Praia . Remanescente para esmolas a N. Sra. do Rosário, S. Sebastião, S. Brás, e naquilo que o testamenteiro houvesse por descargo de sua consciência e de sua alma 	TMP, fl. 7678vº
1519. V.10	Testamento	Catarina Gonçalves, viúva de Álvaro Eanes do Porto Santo	Hospital de Angra	<ul style="list-style-type: none"> . 2 moios de terra, terça de sua propriedade de no limite da Ribeirinha . testamenteiro arrendaria, pagando 4\$000 de esmola a S. Francisco de Angra, não se dando a frade nem a guardião e antes às pessoas que fizerem obras no dito mosteiro — como, dizia ela, <i>veja fazer a outras pessoas</i> 			TSFA, fls. 49-49vº
1523	Testamento	Maria Afonso, mulher de Vasco Fernandes	Hospital Spº Esp. de Angra	<ul style="list-style-type: none"> <i>Fatiosim</i> de casa térrea sita à Rua de Pedro Anes ferreiro, confrontante com casas do Cacena e do outro lado com casas do Cabaço, em Angra, próximas da capela do Santo Espírito, e sem quintal 		<ul style="list-style-type: none"> . Legado em condição de <i>fatiosim</i>, para missas e obras do Hospital de Santo Espírito de Angra . o rendimento dividir-se-á a meias . se o Hospital não quisesse a casa, seus herdeiros se incumbiriam de fazer celebrar as missas 	THSEA, fls. 8 e 276-276vº

DATA	DOCUMENTO	DOTANTE	DOTADO	BEM / LOCALIZAÇÃO	OUTROS DADOS	OBSERVAÇÕES	FONTES da BPARAH
1525. VI (ant. a)	Verba de testamento	Pedro Fernandes, tecelão	Hospital de Stº Esp. de Angra	Duas casas onde morava, sobradadas, com chão na dianteira, à face da rua, com quintal e árvores, confrontantes com João Martins Merens a levante, com ruas públicas a poente e sul	Nesta data o Hospital pusera-a em pregão	. Renderia metade para celebração de missas e o mais para obras do Hospital do Santo Espírito de Angra	THSEA, fls. 275 e 109-109vº
1526. VI.27	Testamento	Beatriz Anes, mulher de Diogo Alvares Vieira, mãe de João Vieira	Hospital de Santo Espírito de Angra	Pedaço de terra que tomou por sua terça, sita junto a S. Sebastião da vila de Angra [que se diz “hoite he Igreja de São Bento”], confrontando do outro lado com João Martins Merens, estando toda junta, como ela e seu marido sempre a tiveram		. Deixa ao Hospital de Santo Espírito de Angra . Seria arrendada para que metade do rendimento fosse para os pobres e outra metade se aplicasse em missas por alma da legadora . Seus testamenteiros, querendo a terra para si, poderiam lavrá-la pagando anualmente a renda que pelas terras vizinhas se pagasse	THSEA, fl. 331
1528. VII.18	Testamento	Maria das Cunhas, filha de João Afonso das Cunhas e de Leonor Alvares, e mulher de António Fernandes Barbosa	Hospital de Stº Esp. de Angra	. Rendimento para sempre, primeiro em favor da mãe e depois para o Hospital de Santo Espírito de Angra: 2\$000 para os pobres e 500 rs para missas por seus pais	2\$500 reais de renda de sua terça		THSEA, fl. 199

DATA	DOCUMENTO	DOTANTE	DOTADO	BEM / LOCALIZAÇÃO	OUTROS DADOS	OBSERVAÇÕES	FONTES da BPARAH
1528. X.17	Testamento	Afonso Fernandes da Ribeirinha e Catarina Luís	Hospital e Misericórdia de Angra, e outros	Toda a sua fazenda deixam em prol de sua alma, dividindo-se o rendimento em 4 partes: uma para missas na capela do Hospital de Angra, outra para os pobres do dito Hospital, outra para os pobres da Misericórdia e outra para o administrador que nomeariam			THSEA, fl. 188- 188vº
1529. VIII	Testamento	Álvaro Pires Ramires, morador em Angra	Hospital de Santo Espírito de Angra	Metade da terça da raiz		. Deixa-a aplicando-se metade do rendimento em missas e outra metade em obras do Hospital (fl. 277) . Depois do falecimento de sua mulher, e testamenteira, será entregue ao Hospital de Santo Espírito e dividirão os rendimentos ao meio: metade para a celebração de missas por sua alma e de seus pais, 500 rs para as obras da Misericórdia de Angra e o demais para as do Hospital (fl. 277vº)	THSEA, fls. 277- 277vº

DATA	DOCUMENTO	DOTANTE	DOTADO	BEM / LOCALIZAÇÃO	OUTROS DADOS	OBSERVAÇÕES	FONTES da BPARAH
1530. V.06	Testamento	Luis Varela, escudeiro fidalgo, e Isabel Correia, moradores em Angra	Hospital de Santo Espírito de Angra	.Toda a sua fazenda de raiz que anexam à capela feita no Hospital de Santo Espírito, de Angra . Duas escravas que deixam ao mesmo Hospital	Para a capela missas e várias outras obrigações	A administração andarà na mão do juiz e mordomo do Hospital de Santo Espírito de Angra, havendo cada um, para si, 500 rs anuais, e outro tanto para o escrivão . Este “tera cuidado de escrever todo o rendimento da dita fazenda desta capella, e despeza” . Depois de cumpridos os legados e corrido a capela, tudo o mais ficará para os pobres do Hospital, havendo-os, ou pobres da vila. neste último caso, tudo se fará com conselho de dois oficiais, gastando-se sempre o rendimento do ano transato antes do rendimento e novidade de cada ano	THSEA, fl. 170vº-174vº

DATA	DOCUMENTO	DOTANTE	DOTADO	BEM / LOCALIZAÇÃO	OUTROS DADOS	OBSERVAÇÕES	FONTES da BPARAH
1530. XII.30	Testamento	Roque Fernandes, mercador	Hospital de Santo Espírito de Angra	Terça dos bens móveis e da raiz, depois de cumpridos certos legados, ficará ao Hospital		Metade para missas e outro tanto para os pobres, governo e alistar do Hospital	THSEA, fl. 186
1532. IV.15	Testamento	António Fernandes, viúvo de Maria das Cunhas, casado com Ana Albermaz	Hospital de Santo Espírito de Angra	Terça que se tomará em boa herdade, onde os oficiais do Hospital achassem "mais perto e certo"	. 1/3 do rendimento será para missas e 2/3 para os pobres, por sua alma e daquelas pessoas a quem possa estar encarregado	Para despendar em obras no Hospital ou outros pobres, não os havendo na dita instituição	THSEA, fls. 204-204vº
1534. VI.01	Testamento	Fernão de Oliveira e sua mulher Catarina Pires	Hospital de Santo Espírito de Angra	Administração de todos os seus bens imóveis, à exceção da legítima do testador no continente, entre os quais: casas sitas à praça de Angra, assento acima da igreja principal e uma vinha		Para se gastarem os rendimentos com pobres, órfãos e os mais necessitados, com condição de dez missas por cada um dos legadores	THSEA, fls. 208-211vº
1534. VI.20	Verba de testamento	Isabel de Teive	Hospital de Santo Espírito de Angra	Toda a sua fazenda, incluindo a casa em que morava, sita à Rua da Conceição		. O Hospital foi seu herdeiro e testamentário . Obrigação de missas, alguns legados, e o mais aos pobres	THSEA, fl. 332

DATA	DOCUMENTO	DOTANTE	DOTADO	BEM / LOCALIZAÇÃO	OUTROS DADOS	OBSERVAÇÕES	FONTES da BPARAH
1535	Verbas de testamento aberto nesta data	Diogo Dias, <i>pedreiro</i>	Hospital de Stº Espírito	Metade do rendimento da casa em que vivia	Para pobres	. O Hospital tomou posse da casa em 1547, porquanto o testamenteiro não cumpria suas funções . A outra metade do rendimento estava obrigada a missas	THSEA, fls. 281-284
1536. I.06	Testamento	Diogo Vaz <i>pescador mouro</i>	Hospital do Santo Espírito	Rendimento de casas que então alugaram a Catarina Velho e de metade de uma vinha	Para 5 missas rezadas e o demais para os pobres		THSEA, fls. 215-217
1537. XII.07	Testamento	Afonso Anes do Cabo Verde	Hospital de Santo Espírito de Angra	Rendas de casa e quintal ao longo da Rocha e pedaço de vinha		Metade das rendas para missas e outra metade para os pobres O pedaço de vinha seria logo entregue e a casa ficasse ao seu neto aforada, se ele o quisesse	BCB, mc. 1, nº 6, fls. 2vº-3vº; também no THSEA, fls. 218vº-221
1539. V.10	Testamento	João Lopes <i>da Irarregua?</i> , ou Biscainho e sua mulher	Hospital de Santo Espírito e Misericórdia de Angra	Rendimento de uma casa na cidade de Angra	Cada metade para os pobres de cada uma das instituições		THSEA, fl. 223

DATA	DOCUMENTO	DOTANTE	DOTADO	BEM / LOCALIZAÇÃO	OUTROS DADOS	OBSERVAÇÕES	FONTES da BPARAH
1541. XI.22	Testamento	Beatriz Gonçalves, viúva de João Tristão	Hospital de Santo Espírito de Angra	Sua terça que será aforada a um de seus herdeiros, e cujo rendimento deixa ao Hospital		Metade para missas e metade para os pobres	THSEA, fl. 235vº
1542. VIII. 17	Testamento	Luis Álvares de Lisboa, escudeiro, e Catarina Álvares	Misericórdia e Hospital de Angra	Todos os seus bens, por morte de ambos, serão herdados pela Misericórdia e pelo Hospital de Angra, entre os quais casa, cerrado e móvel, que será aforado a Violante da Costa (se casar), pagando 4\$000 de foro		Com obrigações de missas	MCMCC, IV, fls. 2-2vº e 3vº; e THSEA, fls. 237vº e 138vº
1542. XII.24	Testamento	Pedro Álvares, clérigo	Misericórdia da Praia	500 reais perpétuos, do rendimento de suas propriedades que deixou à irmã, cunhado e descendência			AAAAH, mc. 146, nº 17
1544. VII.29	Testamento	Vasco Fernandes Rodovalho	Misericórdia de Angra	Metade do rendimento de um moio de terra, em Nossa Senhora da Ajuda, arrendada a Francisco Dias, para pobres e obras		Os oficiais da Misericórdia ficarão com a posse da dita terra, mandando celebrar missas de metade do rendimento	TSFA, fl. 169
1545. XII.12	Doação em vida	Bartolomeu Dias, mercador	Misericórdia de Angra	Metade de casas e pedaço de chão para a construção da <i>capella maior</i>		Condição de 3 missas perpétuas	THSEA, fls. 245-250vº
1546. VII.21	Verbas do testamento, aberto na data indicada	Brás Dias Rodovalho	Misericórdia de Angra	Rendimento de sua terra no termo de S. Sebastião, que rendia 2 moios de trigo		Metade para missas em S. Francisco, mandadas celebrar pela Misericórdia, e metade para os pobres	TSFA, fls. 60-60vº
1547. IV.29	Nomeação de propriedade para render rendimento legado	Catarina Pires e Francisco Gonçalves de Vale de Linhares ou Ratimho	Misericórdia de Angra	600 reais perpétuos que recairiam sobre o cerrado comprado a Alvaro Anes de Alenquer, sito à serra da Ribeirinha, acima das terras de pão, de cerca 1,5 moio			THSEA, fls. 286vº-288

DATA	DOCUMENTO	DOTANTE	DOTADO	BEM / LOCALIZAÇÃO	OUTROS DADOS	OBSERVAÇÕES	FONTES da BPARAH
1547. IV.29	Nomeação de propriedade para render	Catarina Pires e Francisco Gonçalves de Vale de Linhares ou Ratinho	Hospital de Santo Espírito de Angra	1\$000 perpétuos			
1547. VI.08	Doação feita na vila da Calheta, S. Jorge	Pedro Anes de Valença e sua mulher Isabel Casada	Santo Espírito da cidade de Angra	Uma casa sita à Rua do Rego, em Angra, a qual é “terreira de telha: a ssaber de duas cazas [...] a caza do cabo, que esta contra as couas”, com as benfeitórias, (fl. 306vº) entradas, saídas e logradouros (fl. 307) Pelo auto de posse, de 23.VI.1547, em Angra, regista-se que se situa na dita rua, a oriente partindo com rua pública que vai para as covas da cidade, a poente (fl. 307vº) de Diogo Fernandes, a norte com casas dos doadores e a noroeste com quintal dos doadores. Mais se diz que a mesma é térrea e sem quintal			THSEA, fls. 306-307vº
1550. IV.16	Testamento	Catarina Álvares e Luis Coelho, sapateiro	Misericórdia de Angra	Vinha na Silveira, comprada a António Gomes de Morais, dada de foro a seu filho ou filha por 1\$000, os quais não a poderiam vender, trocar ou escambar sem licença da dita instituição		Condição de 10 missas perpétuas e o demais em esmolas para os pobres	AAAAH, mç. 79, nº 13, fls. 23-35vº